

O POVO TERENA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DIFERENCIADA E BILÍNGUE EM MATO GROSSO DO SUL

TERENA PEOPLE AND THE DIFERENTIAL AND BILINGUAL INDIGENOUS SCHOLAR EDUCATION IN MATO GROSSO DO SUL

Edineide Bernardo Farias¹

Heitor Queiroz de Medeiros²

Resumo: O presente artigo é resultado de pesquisa desenvolvida na Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, na aldeia indígena Buriti, da etnia Terena, localizada no município de Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul. O objetivo, da pesquisa foi descrever os impactos sofridos pela criança indígena Terena no primeiro contato escolar ao ser inserida na pré-escola, analisando o diálogo estabelecido entre os saberes tradicionais familiares e os novos saberes da educação escolar indígena, o processo de socialização da criança no contexto familiar, bem como a importância dos processos próprios de aprendizagem dessa criança indígena antes de chegar ao espaço escolar. A metodologia foi fundamentada na abordagem qualitativa, buscando construir uma etnografia, em entrevistas com professores, anciãos da comunidade, mães de alunos da pré-escola, além das próprias crianças da pré-escola, buscando, com isso, adentrar no mundo da criança Terena. Os resultados da pesquisa demonstraram que a criança indígena Terena, no seu cotidiano, aprende brincando, principalmente os saberes da cultura tradicional do seu povo, mostrando também que a escola tem sido um lugar de significativa aprendizagem dos conhecimentos do mundo ocidental para essas crianças.

Palavras-Chave: Educação Escolar Indígena; Crianças Indígenas Terenas; Aldeia Buriti, Mato Grosso do Sul.

Abstract: The present research was developed in the Municipal Indigenous School Alexina Rosa Figueiredo, in Buritialdeia, located in Dois Irmãos do Buriti city, in MatoGrosso do Sul. The objective of the research was to analyse how children of this ethnicity move through traditional knowledge and indigenous school knowledge, to be entered in pre- school at the age of four years. The research aims to understand and describe the relations of these children with school, the school reception for school first contact child, the relations between indigenous knowledge and school knowledge, as well teachers perception about children in school first contact moment. It's also intent to listen the children about how they feel themselves at this moment of passage from the traditional knowledge acquired at home and in the community to acquisition of knowledge that is incorporated by school, also looking for how indigenous leaders understand school in aldeia everyday. The methodology is funded in a qualitative approach seeking to build an ethnography and also interviews the teachers, community ancients, children mother and the children as well, intending with that get into Terena children world. The results of the research show that Terena indigenous child, in their daily life, learn playing, especially the Terena traditional cultural knowledge. It has shown, as well, that school has been a place of significant learning of occidental world knowledge for these children.

Keywords: Indigenous School Education; Terena indigenous children; Aldeia Buriti, Mato Grosso do Sul

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e professora na Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, na aldeia indígena Buriti, da etnia Terena.

² Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Introdução

Esse artigo é parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em nível de mestrado realizada na aldeia indígena Buriti, Terra Indígena Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti, localizada a aproximadamente noventa quilômetros de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Com uma área delimitada de duas mil e noventa hectares essa pequena área está subdividida em nove aldeias, abrangendo terras dos Municípios de Dois Irmãos do Buriti e de Sidrolândia.

A aldeia possui duas escolas, a Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, onde foi desenvolvida a pesquisa, mantida pelo município de Dois Irmãos do Buriti e que atende alunos da pré-escola, séries iniciais e ensino fundamental e a Escola Estadual Indígena Natividade Alcantara Marques, mantida pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como público alunos do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A pesquisa teve como objetivo descrever como as crianças Terena da Aldeia Buriti transitam entre os saberes da educação escolar e os conhecimentos tradicionais Terena no seu primeiro contato escolar.

Investigou-se, portanto, o que a escola vem fazendo para que as crianças continuem valorizando a sua cultura como indígenas, sem deixar o gosto pelas novas aprendizagens, ou seja, como está sendo a compreensão da criança indígena Terena no novo contexto de convívio social escolar.

A partir da escola e de suas novas representações dentro da Aldeia Buriti buscou-se entender se a escola está preparada para receber a criança indígena Terena no seu primeiro contato escolar, respeitando os seus limites e horários de aprendizagem.

A metodologia está fundamentada na abordagem qualitativa, buscando construir uma etnografia da comunidade Terena da aldeia Buriti em sua relação entre saberes tradicionais e a educação escolar indígena. Também foram entrevistados professores, anciãos da comunidade, mães de alunos da pré-escola, além das próprias crianças da pré-escola, buscando com isso adentrar no mundo da criança Terena, além da pesquisa documental e bibliográfica.

Para Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, sendo os dados

coletados predominantemente descritivos e a preocupação com o processo muito maior do que com o produto.

Segundo Lévi-Strauss (1975), a etnografia consiste na observação e na análise dos grupos humanos em suas particularidades, a fim de reconstituir fielmente a vida de cada um deles. O conhecimento dos fatos sociais só é possível a partir de uma investigação concreta e minuciosa dos grupos sociais, contextualizados em seu tempo e espaço, a fim de se alcançar as estruturas mais inconscientes do pensamento humano.

Para tanto, além da realização de pesquisa documental e bibliográfica, os procedimentos de produção de dados basearam-se, principalmente, em entrevistas dialogadas com os anciões da aldeia Buriti, com professores, pais de alunos e alunos da pré-escola da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo.

O presente estudo contribui para a reflexão de uma educação escolar indígena diferenciada e bilíngue, na qual os professores indígenas possam dar conta da pedagogia e metodologia utilizadas com as crianças Terena na pré-escola.

Os Terena da aldeia Buriti

Segundo Eloy (2014):

O estado de Mato Grosso do Sul concentra atualmente a segunda maior população indígena do Brasil, destacando-se os seguintes povos: Terena, Guarani, Kaiowá, Kadiwéu, Kinikinau, Guató e Ofaié. Atualmente, as comunidades indígenas sofrem com problemas sociais de várias ordens, que incluem a educação, saúde, violência e fome. Toda essa problemática está intimamente ligada à questão territorial, resultado de processos de perda da terra que se deu de maneira diferente com relação a cada povo. (ELOY, 2014, p. 15).

O povo da etnia Terena fala uma língua da família linguística Aruak e descendem dos Tixané-Guaná, mencionados pelos cronistas setecentistas. Até o final do século XIX, estavam separados e se distinguiam entre si, em vários povos: Terena ou Etelenoé, Echoladi, Quinquinau e Laiana. Os anciões da aldeia Buriti reconhecem ainda hoje os termos Etelenoé, Laino e Quinquinau (AZANHA, 2001).

São várias as características socioculturais dos Terena, que os englobam na tradição cultural aruak, uma delas é desempenhada pela agricultura na sua economia. Antigamente, a agricultura dos Tixané-Guaná era admirada pela sua sofisticação, com a utilização até mesmo de uma espécie de arado (*warere-apêti*), descrito pelos cronistas e, ainda hoje, lembrados pelos Terena mais velhos da aldeia Buriti.

As outras características, segundo Azanha (2000, p. 27), “são a terminologia de parentesco do tipo havaino, os primos, tanto paralelos quanto cruzados são assimilados aos irmãos, e a estrutura social fortemente patrilinear”.

De acordo com o senhor Jucelino Bernardo Figueredo, ancião Terena que foi entrevistado, a ocupação da Aldeia Buriti se deu na década de 1920, na região que era denominada “invernadinha”, na época com um total de 17.000 hectares.

Conforme relata Almeida (2012) esse local era inicialmente formado por matas nativas.

Havia mata densa com árvores grossas e campo fértil para o pasto e plantio, onde os Terena podiam viver tranquilos, porém algumas fazendas se instalaram na região e os Terena passaram a trabalhar para os fazendeiros, segundo o relatório, e os seus rebanhos passaram a utilizar os campos da invernada Buriti. (ALMEIDA, 2012, p. 34).

No relatório antropológico circunstanciado realizado a pedido da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com vistas ao reestudo dos limites da Terra Indígena Buriti, o antropólogo Gilberto Azanha (2001) descreve que:

A Terra Indígena Buriti, área de mais recente formação entre as áreas dos Terena, ocupada provavelmente a partir da segunda metade da primeira década do século XX, foi demarcada em 1927, através do Decreto Estadual nº. 834. (AZANHA, 2001, p. 29)

A comunidade está subdividida em vilas e esta organização foi idealizada pelo atual cacique da aldeia Buriti, Rodrigues Alcântara, em 2000, ano em que assumiu o cargo de cacique.

Em sua entrevista o líder indígena Terena Oenison André afirma:

[...] em 2003 ou 2004 surgiu um campeonato interno da comunidade Buriti que é uma comunidade muito grande né, na qual só poderia jogar pessoas de dentro da comunidade e aí dessa, desse torneio campeonato que teve na época né, os jogadores só podiam jogar quem residia dentro da comunidade né, e pá facilitar essa organização do campeonato foi criado grupos de famílias, aqui a família André que é só o pessoal dos André, do Gabriel lá né, do São Sebastião, porque da igreja de São Sebastião, da Vila Isabel porque da anciã Maria Isabel. (OENISON ANDRÉ, 2014).

As vilas foram divididas por grupos familiares, organizados por território e cada vila recebe um nome que é escolhido pelos seus moradores, sendo atualmente 13 vilas: São

Sebastião, Izabel, Varjão, Gabriel, Cará, Vila Nova, Ouro Verde, Cerradinho, Sete de Setembro, Cruzeiro, Babaçu, Nascente do Buritizinho, Vila André e Tarumã.

Segundo o censo de 2011 da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) hoje a população atinge aproximadamente, 1.065 pessoas, entre homens, mulheres, jovens e crianças.

Os Terena se organizam numa estrutura de forma piramidal, tendo no topo da pirâmide o cacique que é a autoridade máxima da comunidade. A seguir vêm os representantes das vilas, onde moram as famílias extensas, que juntamente com o chefe de posto resolvem os problemas sociais, econômicos e a luta pela ampliação do território, através da retomada, na busca do melhor convívio e qualidade de vida dos Terena da aldeia Buriti.

Nesta organização política, um cacique e um vice-cacique são eleitos através de um pleito realizado em uma reunião geral da comunidade, onde as pessoas votam levantando a mão. Essas duas lideranças têm a função de administrar a comunidade, nos aspectos ligados à educação, saúde, política, religião, esporte, lazer; além disso, realizam reuniões diárias com os líderes das vilas;

O cacique e o vice-cacique possuem um mandato de dois anos, sendo assessorado por um Conselho Tribal composto por treze membros, cada um pertencente a uma vila da Aldeia Buriti.

A comunidade da Aldeia Buriti também elegeu um vereador Terena para a Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti, sendo esse um professor graduado e mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o que significa a conquista de um espaço político importante na interlocução dos Terena com o poder pública local.

Outro fato novo é que hoje na pirâmide organizacional da aldeia Buriti, o chefe de posto foi substituído por uma nova liderança que surgiu após a retomada da fazenda 3R em 2010, quando o corpo docente da escola, junto com a direção da escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, decidiram transferir a mesma para o local da retomada, possibilitando assim com que os professores, alunos e pais de alunos pudessem participaram diretamente do processo de retomada do território tradicional.

A partir daí, os professores passaram a ter voz diante do cacique e do Conselho Tribal para auxiliar nos movimentos da comunidade ligados a educação indígena diferenciada, saúde e a própria retomada do território.

Mesmo diante de tantas transformações, os Terena são um povo que luta

constantemente para manter viva a sua cultura, embora com influências de costumes não indígenas presentes nas comunidades e no entorno e estão sempre fazendo os rituais da dança tradicional Terena, como a dança do “bate-pau”, apresentada por homens ou crianças do sexo masculino, e também mantendo o jeito de ser Terena no seu cotidiano, como a valorização da oralidade e a continuidade dos ensinamentos da prática cultural indígena.

Segundo Hall (2003):

A transformação cultural é um eufemismo para o processo pelo qual algumas práticas culturais são expulsas do centro da vida da comunidade e caíram em desuso através da longa marcha para a modernização, as coisas foram ativamente descartadas, para que outras pudessem tomar seus lugares. (HALL, 2003 p. 232).

Segundo os relatos dos anciãos, no passado, a dança tradicional indígena Terena acontecia com mais frequência e todos participavam, incluindo os homens e as mulheres. Na época tinha uma única pessoa que sabia e tinha permissão de tocar o “pife”, um instrumento tradicional Terena usado nos rituais das danças, feito pelos próprios Terena.

A base econômica da aldeia é a agricultura, sendo que os Terenas vendem seus produtos no entorno da aldeia e buscam completar a renda familiar empregando-se nos frigoríficos da região. O plantio na Aldeia Buriti é uma atividade exercida por homens e mulheres e, quando estão fazendo suas plantações, ficam em média doze horas no local, geralmente distante de suas casas. Já as crianças possuem pouca participação nos trabalhos braçais, mas ajudam a levar as refeições do almoço e água para os adultos na roça.

Os produtos mais cultivados são a mandioca, batata doce, abóbora, milho, quiabo, maxixe e feijão de corda. Muitas famílias cultivam esses produtos somente para consumo próprio, outras vendem nas cidades ao redor, sendo que os Terena ainda fazem uso dos seus conhecimentos tradicionais para fazer suas roças, como por exemplo, o preparo da terra e o plantio obedecendo as fases da lua.

A religião predominante na aldeia Buriti é a católica, sendo que essa de alguma maneira procura respeitar as manifestações da religião indígena Terena, como o ritual do batismo indígena, que ainda é feito de maneira tradicional, carregado de símbolos como o broto da folha de laranjeira, sal, água e fogo.

A maioria dos habitantes da Aldeia Buriti, exceto os anciãos, não falam mais a língua materna Terena, ficando a escola com a incumbência de desenvolver um trabalho

de revitalização da língua e, para isso foi introduzido no currículo escolar aulas da Língua Materna Terena.

Através dos trabalhos desenvolvidos para revitalização da língua indígena na escola, muitos jovens já estão voltando a falar e compreender a língua Terena.

Outra questão importante na cultura dos povos da etnia Terena é a medicina tradicional, bastante usada e praticada via pajelança e pelo uso cotidiano de ervas medicinal, principalmente por mulheres, avós e mães. As indicações de como e quais ervas utilizar são orientadas através dos xamãs e anciãos.

O povo Terena vem, nos últimos anos, travando uma luta constante para retomar suas terras originárias, o que vem possibilitando a organização da comunidade como um todo, mas também tem trazido momentos de grande dor e aflição em toda comunidade.

A educação escolar indígena na aldeia Buriti

É sabido que existe uma grande diferença entre educação indígena e educação escolar indígena, pois a educação indígena acontece dentro dos núcleos familiares, e dessa forma também entre os Terena, que sempre transmitiram seus ensinamentos de geração para geração e desta forma é que se ensina e se apreende.

A professora Terena da pré-escola Eva Fernande Bernardo em sua entrevista nos confirma isso, dizendo:

[...] educação indígena é a educação que a criança já leva pra escola [...] ela aprende com a comunidade com o meio onde vive [...] é todo aquele sistema que os pais ensinam pros filhos, por exemplo, a bença ao deitar, os filhos dá benção pro pai, pra mãe, outra educação que eu vejo é que os pais ensinam pros filhos ter respeito, respeitar sempre os mais velhos, então são essa educação que os pais ensinam pros filhos. Nós temos várias formas de educar dentro da comunidade, por exemplo, a mãe quando vai pra algum lugar deixa a tarefa pra menina né, pra cuidar da casa, só não deixa cozinhá né porque tem medo que queima, então nós temos várias formas de educar. Até o próprio pai quando leva o filho para roça ele tá ensinando o filho plantar, colher, por exemplo, a construção de uma casa né, do mesmo jeito que ele tá ensinando o filho a sobreviver futuramente, ele também tá educando seu filho dentro do sistema terena. (Eva Fernandes Bernardo, Professora Terena, 2014).

A Educação Escolar Indígena começa a ser adquirida no momento em que a criança passa a frequentar a escola, já na etapa da pré-escola, momento em que ela vai adquirindo novos conhecimentos, para poder assim ser educada também de “outra forma”. A escola indígena tenta valorizar como saberes os conhecimentos que a criança leva de casa.

No caso dos Terena aproximadamente no ano de 1930, quando a aldeia Terena deixou de ser denominada de “Invernadinha” e passou a ser a atual aldeia Buriti, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) construiu uma escola com apenas uma sala de aula, para que os indígenas pudessem ser escolarizados, partindo da alfabetização na língua portuguesa. Na época, os professores eram apenas as mulheres dos chefes de posto do SPI, ou seja, professoras não indígenas alfabetizando indígenas.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) levou para os Terena uma nova forma de ensino, impondo várias mudanças no seu sistema cultural, como por exemplo, proibindo os Terena de falar o seu próprio idioma. Os alunos da época não eram apenas crianças, mas também adolescentes que não sabiam ler e escrever.

Em entrevista realizada com o ancião Jucelino Figueredo, este relata como foi o primeiro contato com a educação escolar, lembrando as inúmeras vezes que sofria castigos e até mesmo fugia da sala da aula.

Olha, prá mim tudo era novidade, eu só ia prá escola porque minha mãe falava que era bom, mas eu não gostava, nós estudava cedo, entrava acho que era sete hora e saía lá por meio dia, fica só sentado. O professor só falava português, nós intendia de vez em quando. Não tinha recreio. (Jucelino Bernardo Figueredo, ancião indígena Terena, 2014).

Assim foi o início da educação escolar na aldeia Buriti, cujas dificuldades ainda continuam até hoje, porém, muito mais relacionadas às metodologias de ensino usadas nas escolas indígenas, tanto pelos não indígenas, como também pelos próprios professores indígenas.

Nesse período, o chefe de posto orientava para que se ensinasse apenas o nome e o alfabeto, porém o então professor Ramão Pinto Alves não respeitava as imposições do chefe de posto e continuava as suas aulas em língua Terena.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, (Prefeitura Municipal de Dois Irmãos de Buriti, 2013) a partir de 1981, a convite do chefe de posto, Ester Sobrinho, assumiu a escola o professor Noel Patrocínio, com aulas de 1ª a 4ª série multisseriadas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No ano seguinte houve a necessidade de criar mais uma sala de aula devido à quantidade de alunos, passando a ser mantenedor da escola o município de Anastácio, sendo que foram convocadas pela Prefeitura de Anastácio as professoras Ziza Gabriel e Cleuza Alcântara.

Foram onze anos de funcionamento pelo município de Anastácio, tendo, neste período, mais três professoras, sendo duas não indígenas, Ester Sobrinho e Darli Brasil e uma indígena, Terezinha Pinto Alves. A partir de 1992, com melhor infraestrutura do município de Dois Irmãos do Buriti, esse passou a assumir a escola nas séries iniciais de 1ª e 2ª séries, mas ficou ainda a cargo da FUNAI o funcionamento de 3ª e 4ª séries.

Neste período passaram mais quatro professores indígenas pela escola, sendo eles: Jersonita Sol, Adão Fernandes Bernardo, Marlene Martinez Rodrigues (índia guarani) e Gerson Pinto Alves.

Em 1997, a escola passou por um período de transição, onde a FUNAI deixou de manter a sala XV de Novembro, passando a funcionar somente sob a responsabilidade do município de Dois Irmãos do Buriti (MS) e em 1998 passou a ser extensão da escola Antônio Castilho, que ficava na comunidade.

A escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo foi criada através da Lei municipal nº 175, de 23 de outubro de 2001 e em consonância com a legislação da base comum busca oferecer uma educação escolar indígena diferenciada e bilíngue, amparada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, pelo Plano Nacional de Educação a Lei nº 10.172/2001, pelo Parecer 14/99 do Conselho de Educação Indígena, bem como pela Resolução C.N.E. 03/99, pela Deliberação CCE/MS nº 6.767, de 25 de outubro de 2002 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, de 10 de maio de 2012.

O requerimento de autorização da escola deu-se em conformidade com a Deliberação CEE/MS nº 6767, de 25 de outubro de 2002, que autoriza o credenciamento e funcionamento da escola na Categoria Indígena, com fundamentos nas normas legais nacionais e estaduais já mencionadas, além do Decreto Estadual nº 10.734/02 e a indicação CPLN/CEEE/MS nº 038/02.

A escola está localizada na aldeia indígena Buriti, a 29 km do município de Dois Irmãos do Buriti, a aproximadamente 90 km a sudoeste de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), atendendo alunos indígenas e não indígenas que residem na Aldeia Buriti, filhos de mãe ou pai que casaram com indígenas daquela aldeia.

A escola tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti e como gestora a Secretária Municipal de Educação. Seu diretor é o professor Gerson Pinto Alves, que realizou seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em

Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em Campo Grande (MS) e o Coordenador Pedagógico é o professor Gilmar Veron Alcântara, ambos da etnia Terena, estando com o currículo voltado para o fortalecimento da cultura tradicional e da língua materna, em face de a maioria da comunidade não ser falante da língua Terena e por isso a escola assume essa responsabilidade de assegurar no currículo escolar a disciplina de Língua Materna Terena, conquistada a duras penas.

Uma criança da pré-escola fez o seguinte comentário sobre as aulas desta disciplina ministrada na escola:

[...] aprendo a falar a língua Terena, a gente tem que aprende a fala a língua Terena porque quando a gente vai em alguma aldeia tudo mundo fala aí a gente fica queto, porque e si eis[eles] perguntá alguma coisa? A gente num vai sabe, [...] aí fiquei meio queto, fiquei com medo de fala errado i eis ri di mim. (Aluno “D” da pré-escola da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, 2014).

A partir da citação acima, fica claro que a criança Terena considera importante aprender a falar a língua indígena materna, mas também fica evidente que ela tem insegurança ao falar as poucas frases que sabe nesta língua, repassando aos professores que ministram a disciplina língua Terena a responsabilidade de cada vez mais estimular os alunos a falar o que sabem quando em contato com outras pessoas falantes da língua Terena.

A faixa etária dos professores varia de 27 a 37 anos, sendo importante mencionar a idade dos professores pelo fato de que aprenderam a falar a língua Terena quando eram alunos da escola onde agora são professores, com o professor Terena Ramão Pinto, que lecionava e ensinava a língua indígena nas formas oral e escrita. Assim como esses, todos os atuais professores de língua materna aprenderam-na com o professor Ramão e isso demonstra que a língua materna Terena ainda é falada também por pessoas que não estão no grupo dos anciãos.

A partir da conversa com esses professores foi possível entender como os mesmos aprenderam a língua Terena, sabendo que a aprendizagem da língua indígena, segundo o relato deles, partiu do seu próprio interesse, ou seja, aprenderam em casa, ouvindo e prestando atenção nas conversas de seus avós, quando tinham aproximadamente dez a onze anos de idade. Mas também a escola teve uma grande participação nesse aprendizado, através das aulas de língua Terena, sendo que a maior dificuldade estava na escrita.

Hoje acreditam que a escola deve inserir na sua grade curricular mais horas aulas da disciplina de língua Terena, já que este direito é garantido por lei, pois a comunidade tem interesse que isso possa se concretizar futuramente, acreditando que muitos jovens vão apreender com mais facilidade a falar a língua indígena através destas aulas.

O cacique Rodrigues Alcantara, da comunidade Buriti, em sua entrevista, explica sobre a importância de falar na própria língua Terena:

[...] por isso eu falo prus meus companheiros, se nós falasse só no Terena nós tava feliz, mais agora nenhum das minhas lideranças sabe fala, mais temos que usa o nosso cocal e nosso colar porque assim mesmo nós como índio, aqui e em qualque luga, e o que resta pra nós é faze com que nossos filhos e as criancinhas aprendi na escola. (Rodrigues Alcantara, cacique da Aldeia Buriti, 2014).

Os jovens já estão mais participativos nas aulas, pois muitos já conseguem se comunicar na língua Terena, mas ainda com muita dificuldade na escrita. Com a participação de anciãos na escola, nas rodas de contação de histórias e dos cantos na língua Terena, nos mais diversos momentos de felicidade ou despedida, dos relatos do modo de vida antes da chegada da escola, os alunos estão mostrando maior interesse, bem como os professores que também não são falantes da língua indígena. Os mais velhos estão disponíveis para ensinar o idioma nativo, em parceria com o trabalho da escola e de pesquisas planejadas pelos próprios professores indígenas.

As aulas acontecem de diversas maneiras, sendo que muitas vezes os anciãos vão até a escola, outras vezes os alunos vão para o campo de pesquisa, por exemplo, nas aulas de artes é necessário que sejam realizadas em locais fora da escola, pois esta não possui todos os recursos necessários para a confecção de artesanato, que é uma prática secular e ainda mantida pela comunidade. Para a confecção do abanico, artesanato indígena Terena feito da palmeira de pindó encontrado em áreas da aldeia, por exemplo, é necessário ir buscar a folha de palmeira do pindó, nas margens dos córregos.

Percebe-se que na escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo tem se buscado construir coletivamente o processo pedagógico da escola, pensando e construído coletivamente as atividades relacionadas às necessidades da comunidade. Hoje os professores já desconstruíram muitos conceitos na forma de trabalhar, como por exemplo, ensinar somente o que está no livro didático, realizar aulas apenas dentro da sala, sabendo que a presença dos professores indígenas no curso de mestrado tem contribuído muito para estas desconstruções.

Nas entrevistas com os professores indígenas dessa escola, quando foi perguntado o que é ser professor indígena, as respostas mostraram o compromisso deles com a educação diferenciada e seu comprometimento com a cultura tradicional dos Terena como pode ser visto abaixo.

[...] é viver a realidade, trabalhar a realidade da comunidade, não sair da linha da parte cultural, os costumes, as crenças, sabendo levar os dois do mesmo jeito, o ocidental e o local. (Eva Fernande Bernardo, professora Terena, 2014).

[...] no meu ponto de vista assim trabalhar de acordo com nossos conhecimentos tradicionais e também a base comum e saber identificar realmente os conceitos, principalmente relacionados a história, saber os valores tradicionais da nossa comunidade e o que é ensinado como saberes universais, e também é se preocupar mais com os alunos no aprendizado deles realmente, pra que ele possa sair da comunidade e estudar lá fora, ter um conhecimento e poder trazer esse conhecimento pra nossa comunidade. Então ser um professor indígena, no meu ponto de vista é isso, se preocupar com os alunos na questão do aprendizado realmente. [...] e aquela preocupação mesmo com toda a comunidade, toda a comunidade depende do professor indígena para que ele possa trabalhar em sala de aula, mas também auxiliar a liderança e o cacique. (Ramão Fermino. Professor indígena de História, 2014).

[...] o que nos diferencia de outros professores é que somos tudo parentes né, nós somos tudo família, isso que é o diferenciado, então nossos alunos geralmente são tudo parente, mais nesse ano (referente ao ano letivo de 2014), eu num tive dificuldade, porque as criancinhas sempre levam um choque pra entrar na sala né, elas tem medo, tem muita vergonha né, e dessa vez foi diferente. (Alessandra Gabriel. Professora pedagoga da Pré-escola, 2014).

Entretanto, é preciso deixar claro que mesmo que se use o termo escola indígena, ela ainda não se consolidou totalmente como tal. Os professores estão nesta busca, cuja concretização de uma escola ideal, indígena e intercultural, ainda está no imaginário, pois não basta ter professores e gestores indígenas, é necessário também mudar o currículo da escola, o espaço, o tempo e outros quesitos.

Segundo Cruz (2008):

O ensino oferecido pela escola da aldeia foi estruturado dentro do propósito de transpor barreiras nos contatos interétnicos, mostrando-se um processo lento. De uns tempos para cá, o Terena da Buriti não permite mais a desvalorização de sua cultura. (CRUZ, 2008, p. 161).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e

previsto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a rede deverá ofertar:

I - Formação continuada aos professores da unidade escolar, oferecendo – Soroban, Libras e cursos de Braille; II – Professores capacitados para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos; III – Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas varias classes de anos escolares em que forem classificados; IV - Flexibilização e adaptação curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processo de avaliação adequada ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, respeitada a frequência obrigatória. (BRASIL, 2013, s./p.).

O direito assegurado às sociedades indígenas no Brasil, de uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, a partir da Constituição Federal de 1988, vem sendo regulamentado por meio de vários textos legais, a começar pelo Decreto nº. 26/91, que retirou a incumbência exclusiva do órgão indigenista (FUNAI) de conduzir processos de educação escolar nas sociedades indígenas, atribuindo ao MEC a coordenação das ações e a sua execução aos Estados e Municípios.

A Portaria Interministerial nº 559/91 aponta as mudanças de paradigmas na concepção da educação escolar destinada às comunidades indígenas, quando a educação deixa de ter o caráter integracionista preconizado pelo Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) e assume o princípio do reconhecimento da diversidade sociocultural e linguística e do direito a sua manutenção.

Esta Portaria estabelece a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena (NEI) nas Secretarias Estaduais de Educação, de caráter interinstitucional, com representações de entidades indígenas e com atuação na Educação Escolar Indígena, definindo como prioridade a formação permanente de professores índios e de pessoal técnico das instituições para a prática pedagógica, indicando que os professores índios devem receber a mesma remuneração dos demais professores. Além disso, são estabelecidas as condições para a regulamentação das escolas indígenas no que se refere ao calendário escolar, à metodologia e à avaliação, e a materiais didáticos adequados à realidade sociocultural de cada sociedade indígena.

O MEC publicou em 1993 as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, como necessidade de reconhecimento dos parâmetros para a atuação das diversas agências governamentais. Também lançou em 1998 o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), objetivando oferecer subsídios para a

elaboração de projetos pedagógicos para as escolas indígenas e dessa forma melhorar a qualidade do ensino e a formação dos alunos indígenas como cidadãos.

Para que as escolas indígenas sejam respeitadas e possam oferecer uma educação escolar verdadeiramente específica e intercultural, integrada ao cotidiano das comunidades indígenas, torna-se necessária a criação da categoria Escola Indígena nos sistemas de ensino do país. Por meio dessa categoria escolar será possível assegurar às escolas indígenas autonomia, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto no que se refere ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola.

Em entrevista, o professor indígena Ramão da Silva Fermino faz o seguinte comentário sobre educação escolar indígena diferenciada:

Bom, escola diferenciada é o que nós temos hoje porque hoje nós podemos trabalhar essas duas, como a gente pode falar os dois conhecimentos, o conhecimento indígena e o do branco, como por exemplo a língua Terena é ensinada na escola e na escola do não indígena não ensina a língua indígena e os próprios valores tradicionais nosso. (Ramão da Silva Fermino, Professor indígena de História, 2014).

Da mesma forma, na entrevista com a professora Alessandra Gabriel, ela afirma:

A educação escolar indígena aqui na nossa escola ela vem para mostrar para nós uma outra metodologia né, de ensino, mostrar a nossa tradição e nossa cultura para as crianças e também não deixar de ensinar outros conteúdos. (Alessandra Gabriel, Professora indígena Terena da Pré-Escola da Aldeia Buriti, 2014).

Assim, o professor indígena compreende a importância de aprender e ensinar os dois conhecimentos, o indígena e os não-indígena, pois transitam por esses dois espaços em seu contexto, e assim podemos observar que o professor sabe da importância de trabalhar a educação escolar indígena diferenciada e bilíngue, com direito adquirido na Constituição de 1988.

Sobre educação escolar indígena Grupioni (2001) afirma:

A outra menção à educação escolar indígena está nos artigos 78 e 79, já nas “Disposições Gerais”. Ali preconiza-se como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural, que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena, e proporcione a oportunidade de recuperar suas

memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional. (GRUPIONI, 2001, p. 21).

Foi observado também que a maioria das crianças são matriculadas na pré-escola com quatro anos de idade, porque os pais são muitos novos e perderam o hábito de dialogar com os filhos como os seus ancestrais faziam, deixando a escola fazer isso, tirando assim a sua responsabilidade de educá-las.

Os depoimentos a seguir mostram de forma contundente essa mudança na cultura dos mais novos em contraposição ao processo cultural histórico dos Terena no cuidado com os filhos.

Escola eu diria assim no meu entender seria assim um lugar di conhecimento né, onde meu filho pode ter mais conhecimento do que ele tem em casa, assim uma educação realmente. Porque educação familiar eu dou em casa, ai assim por exemplo, ele adquirir mais conhecimento ele se desenvolver mais e não ficar só fechado dentro de casa, a escola seria assim um lugar também de interação entre ele e outros colegas outras crianças professores eu acho que eu vejo assim. (Edicléia Alves Alcantara, mãe indígena de aluno da pré-escola, 2014).

[...] a escola pra mim é o lugar onde qui... qui... a gente recebe muitas coisas, tipo a educação onde a gente coloca nossos filhos pra receber tipo a educação. (Marilza Flores, mãe indígena de aluna da pré-escola, 2014).

Mesmo que não seja obrigatória dentro da comunidade indígena, os pais acreditam que a educação escolar é o melhor para o futuro para seus filhos, ainda que a criança tenha que passar por diversas dificuldades ao ser inserida na pré-escola.

Mesmo com a conquista do direito à educação escolar indígena diferenciada instituída pela Carta Magna, ainda existe uma grande dificuldade relacionada aos processos documentais de efetivação por parte do governo, de fazer valer esses direitos criados em favor dos povos indígenas, principalmente o de elaborarem o seu próprio Projeto Político Pedagógico (PPP), de acordo com as suas especificidades.

De acordo com Grupioni (2001):

Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração.

Desde então, as leis subsequentes à Constituição que tratam da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios índios para atuarem como docentes em suas comunidades. Comparativamente a algumas décadas atrás, trata-se de uma verdadeira transformação em curso, que tem gerado novas práticas a partir do desenho de uma nova função social para a escola em terras indígenas. (GRUPIONI, 2001, p. 9).

Na escola pesquisada, os professores indígenas compreendem muito bem a importância de desenvolver conteúdos relacionados aos aspectos culturais do povo indígena Terena e de outros povos, sentindo-se livres para aplicar metodologias diferenciadas, mesmo que ainda muito inseguros quanto a isso:

[...] porque muitas vezes agente se sente inseguro, com relação ao recurso que agente tem em sala de aula, por isso não dou aula fora de sala de aula. É que a gente tem na cabeça que o professor para ensinar tem que ficar só dentro de sala de aula. Mas a gente pode dar uma boa aula embaixo de uma árvore, porque a gente se sente inseguro fora de sala de aula por que dos recursos encontrados dentro de sala de aula giz, quadro, os recursos né, por exemplo a gente usa data-show e o próprio vídeo né. (Ramão da Silva Fermino, Professor indígena Terena, 2014).

Grupioni (2001) relata o seguinte sobre a educação escolar indígena específica:

[...] LDB possibilita colocar em prática esses direitos, dando liberdade para que cada escola indígena defina, de acordo com suas particularidades, seu respectivo projeto político-pedagógico. Assim, por exemplo, o artigo 23 da LDB trata da diversidade de possibilidades na organização escolar, permitindo o uso de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados ou por critério de idade, competência ou outros critérios. No artigo 26, para darmos mais um exemplo, fala-se da importância de considerar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, da economia e da clientela de cada escola, para que se consiga atingir os objetivos do ensino fundamental. Ou seja, outros dispositivos presentes na LDB evidenciam a abertura de muitas possibilidades para que de fato a escola possa responder à demanda da comunidade e oferecer aos educandos o melhor processo de aprendizagem. (GRUPIONI, 2001, p. 22).

Esses são os ganhos depois da Constituição Federal de 1988, mas é importante deixar claro que para isso acontecer dentro das comunidades indígenas é necessário que haja uma política voltada para a valorização da educação escolar indígena diferenciada.

Assim é necessário que os movimentos da Educação Escolar Indígena continuem acontecendo para que sejam alcançados avanços mais concretos e que esta educação possa chegar a ser um efetivamente indígena dentro das escolas.

Toda organização de uma escola indígena depende da própria comunidade local, mas existem como em outros espaços da sociedade não indígena as influências de política partidária que muitas vezes restringem o direito da comunidade e via de regra repassando essa responsabilidade para as lideranças políticas internas da comunidade. Algumas lideranças mantêm vínculos com prefeitos e secretários de educação, até mesmo para fazer a própria lotação de professores na escola da comunidade, chegando ao caso se contratar professores não indígenas mesmo havendo professores indígenas formados em licenciaturas ou em outra área necessária dentro da escola. Isso ainda acontece em escolas indígenas da própria terra indígena Buriti, mas não na Aldeia Buriti pois nesta comunidade os pais demonstram uma grande confiança no trabalho dos professores indígenas que atuam na escola.

Considerações finais

A pesquisa possibilitou entender que através dos movimentos indígenas relacionados à luta pela terra e por uma Educação Escolar Indígena de fato, a escola poderá avançar e se consolidar como uma escola indígena específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, voltada para o atendimento dos interesses reais dos povos indígenas em todas suas dimensões.

Somos sabedores que a escola indígena não será capaz sozinha de se responsabilizar pelo resgate da língua materna dos Terena, pois esse papel cabe efetivamente as famílias e principalmente aos anciões da aldeia que ainda falam a língua Terena, mas face a especificidade da comunidade onde grande parte já perderam o domínio de sua língua materna, a escola assume essa responsabilidade de ser também um espaço onde essa busca de revitalização da língua materna Terena seja trabalhada com prioridade no processo pedagógico da escola, sendo portanto um compromisso de todos os professores e direção da escola.

Mesmo com muita dificuldade a escola se mantém como um espaço de fortalecimento da identidade Terena, dos saberes indígenas significativos para a manutenção da cultura dessa etnia, saberes já conhecidos principalmente pelos mais velhos mas ainda não por todos da comunidade, dando assim continuidade e valorização

também de outros saberes locais e ocidentais, e que dentro da escola busca-se construir coletivamente, professores, alunos e comunidade, e em especial com a participação dos anciãos da comunidade.

É fato que simplesmente pela escola estar situada na comunidade indígena não a torna efetivamente indígena, mas através da reflexão pedagógica, didática e metodológica a partir da realidade e interesse da comunidade escolar Terena será possível torná-la de fato uma escola indígena, que atue a partir dos princípios da comunidade Terena, mesmo porque os instrumentos legais estão postos e assim os primeiros contatos da criança Terena da Aldeia Buriti com a escola será menos desafiador para ela e para os professores.

A pesquisa mostra que o primeiro contato escolar da criança indígena Terena da aldeia Buriti está acontecendo gradativamente de forma mais fácil e menos traumática, tanto na visão da comunidade como na dos pais.

A pesquisa mostrou também que a maioria das crianças da aldeia gosta de ir para a escola, pois também se tornou um lugar seguro, como em sua casa, mas mesmo com maior presença e influência dos pais na escola, eles ainda não perceberam que se a criança indígena vai para a escola aos quatro anos, ela perde muito do contato direto com a família, deixando de aprender e vivenciar muitas coisas importantes de seu sistema cultural.

A certeza que os pais das crianças indígenas da Aldeia Buriti possuem é de inserir seu filho na escola para que tenham novas aprendizagens sobre seus direitos, para não mais serem inferiorizados pela sociedade envolvente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. A. de. **A construção do processo escolar dos Terena da Aldeia Buriti**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UCDB, 2012.

AZANHA, G. **Relatório antropológico para a redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti** - Portaria 1.155/Pres/Funai. Brasília: s./ed., 2001.

AZANHA, G. **Relatório GT 553/FUNAI**. Brasília: FUNAI, 2000.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

CRUZ, S. F. **A criança Terena: o diálogo entre a educação indígena e a educação escolar na aldeia Buriti**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UCDB, 2008.

ELOY, A. L. H. **Poké'exauti o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Campo Grande: UCDB, 2014.

GRUPIONI, L. D. **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC; SEF, 2001.

HALL, S. Notas Sobre a Desconstrução do “Popular”. In: HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, S. **A identidade cultura na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, São Paulo, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DE BURITI. **Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo**. Dois Irmãos de Buriti: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

TASSINARI, A. M. I. Concepções Indígenas de Infância no Brasil. **Revista Tellus**, ano 7, n. 13, Campo Grande, out., 2007.